

UFG confirma que

Cidade

reduzirá gastos

O POPULAR

sem demitir

As propostas de redução de gastos nas universidades brasileiras, apresentadas pelas Instituições Federais de Ensino Superior, foram aprovadas pelo ministro da Educação Carlos Chiarelli na reunião do último dia 30, sábado, que contou ainda com a participação dos reitores da UnB, UFS, UFU e UFG, Ricardo Bufáical, que concedeu entrevista ontem à imprensa sobre os detalhes da negociação. Segundo disse, nenhum funcionário deverá ser demitido, graças ao corte de funções comissionadas, jetons e diminuição das gratificações que representam, em média, 6,5% e mais o aumento da produtividade entre 20 e 25%, aproximando o total do índice de 30% exigido pelo governo.

A solução foi encontrada, conforme Ricardo Bufáical, graças à criatividade das universidades, evitando, dessa forma, as demissões, preteridas por todos os reitores. A partir do ano que vem a começa a expansão na UFG, com o acréscimo de 232 vagas, sendo 90 à noite, e em 1992 mais 100 para a pós-graduação, implantando-se no mesmo ano, dois cursos com 15 vagas e outros seis, de especialização, que representam 180 vagas.

Segundo Ricardo Bufáical, em 1992 deverão ser criados os cursos de Administração Pública, Tecnologia em Saneamento Ambiental e Química Industrial, dentro do número de vagas apresentados, havendo a possibilidade de implantá-los no período noturno, no Campus I, situado na Praça Universitária. O reitor acredita que as medidas que envolvem cortes de gastos e expansão não trarão prejuízos à universidade. "Eu, como reitor, vou ter minha função comissionada extinta, que passará a ser gratificada e, automaticamente, reduzida, mas nem por isso vou deixar de trabalhar com toda a vontade e empenho e não acredito que isso promoverá uma desmotivação da universidade", exemplifica.

As negociações entre os reitores das universidades e o governo iniciaram há cerca de 45 dias e após sucessivas reuniões chegou-se ao consenso de reduzir gastos sem o corte de funcionários, inicialmente proposto pelo Ministério da Educação, que recuou de sua posição.